

LIVRO DIDÁTICO DE ALFABETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

saberes e concepções oferecidas e legitimados no Manual do professor.

Filipe Bezerra de Amaro¹

Andrea Tereza Brito Ferreira²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo geral identificar o impacto da PNA e da BNCC no Manual do Professor aprovado pela PNLD 2022, analisando as concepções de professor e a forma como o ensino da língua materna será trabalhada e orientada para os docentes. A pesquisa de natureza qualitativa, a obtenção de dados se deu a partir de uma análise documental do Manual Porta Aberta Vol.2 e de entrevista semiestruturada com duas professoras que utilizam os Livros Didáticos em suas práticas. O estudo dos dados seguiu a *análise de conteúdo* (BARDIN, 1977). Os resultados obtidos mostram que a PNA e a BNCC se tornaram o principal eixo estruturador dos Manuais e Livros Didáticos, legitimando todas as concepções que fundamentam essas políticas educacionais, por exemplo: o método fônico de alfabetização, atividades exaustivas e repetitivas sem significado e ausente de contextualização com a realidade, a desconsideração da heterogeneidade das salas de aula, ao mesmo tempo que coloca o professor em uma posição de subalternação, onde seu único papel é reproduzir o que está no livro. Entretanto, vale ressaltar que o professor tem domínio sobre o livro e cabe a ele julgar o espaço que o livro ocupa.

Palavras-chaves: Alfabetização; Livro Didático; Manual do professor; Política Nacional de Alfabetização

1. INTRODUÇÃO

A implementação obrigatória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Política Nacional de Alfabetização (PNA) reverberou em diversas áreas do campo educacional, nessa perspectiva, o Programa Nacional do Livro didático (PNLD) 2022 e as concepções sobre alfabetização não ficaram de fora dessas mudanças, atingindo diretamente os Livros didáticos e os Manuais para professores. Dito isso, o PNLD, traz em seus princípios e critérios o “respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação” (BRASIL, 2023) e a garantia de que os “materiais contribuam para o desenvolvimento e aplicação de diferentes habilidades elencadas pela Base Nacional Comum Curricular/BNCC (BRASIL, 2017) e dos componentes essenciais para alfabetização da Política Nacional da Alfabetização/PNA (BRASIL, 2019).” (*idem*). Logo, é impossível negar a relação intrínseca das políticas públicas mencionadas anteriormente na aprovação dos materiais didáticos do PNLD 2022.

Nesse ínterim, no edital do PNLD 2022 para os livros da Educação Infantil, a PNA também marca sua influência. “Por tratar-se de um decreto federal, as diretrizes da PNA deverão ser observadas em todos os objetos contemplados no edital do PNLD da Educação Infantil conduzidos pelo Ministério da Educação” (Brasil, 2020), com isso podemos inferir que o impacto da PNA, por se tratar de uma política federal obrigatória, atingiu também a Educação Infantil, uma área que até então, pelo menos na rede pública, não contava com a

¹ Graduado em Pedagogia pela UFPE. Email: felipebezerra940@gmail.com

² Docente/Pesquisadora do Departamento Educação e Currículo. Email: andreatbrito@gmail.com

existência de Livros Didáticos, se vê obrigada a lidar com está nova realidade. Embora a PNA tenha sido revogada no ano de 2023, os livros didáticos e manuais do professor que foram aprovados durante o período de vigor da Política Nacional de Alfabetização estarão nas salas de aula até o ano de 2024, ou seja, a manifestação dos pressupostos que orientaram a PNA, estarão vivos nas salas de aula até lá.

Referente a BNCC (2017), o brincar se tornou o eixo estruturante dos *Direitos de Aprendizagem* e dos *Campos de Experiência*, que compõem a diretriz curricular nacional, pois, entende-se que é brincando que as crianças podem se desenvolver com autonomia, participando ativamente desse processo, fazendo associações e construindo entendimentos sobre o mundo e as coisas. Os critérios avaliativos adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2022 incluem estar alinhado com os *Campos de Experiências e Direitos de Aprendizagem*. No entanto, é importante avaliar se o elemento lúdico, como o brincar, está adequadamente integrado nas orientações dos materiais didáticos.

Em Albuquerque e Ferreira (2019), percebemos a relação histórica entre o livro didático e as políticas/decretos educacionais federais que buscam regulamentar a qualidade desses materiais, começando com o Decreto-lei nº 1.006, de 1938 e ao longo do tempo foram surgindo entidades específicas para esta função, por exemplo: a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e, por fim, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985.

Contudo, a relação livro didático e programas educacionais não é única a se fazer presente na sala de aula, o professor, como pesquisador e construtor de sua prática, tem a autonomia de delegar o espaço que os materiais didáticos terão em suas práticas pedagógicas, a forma como será usado, depende única e exclusivamente dos professores e professoras, por mais impositivas que sejam as orientações contidas nos manuais. Albuquerque e Ferreira (2019, p13.), discorrem sobre a relação dos professores com os livros didáticos: “[...] as professoras [...] não usavam o livro de alfabetização da forma como tradicionalmente os professores usavam as cartilhas: como único ou principal material para o ensino da leitura e da escrita, que seria usado de forma exaustiva, na ordem indicada pelo autor”.

Dado o cenário, surge a problemática: quais orientações os manuais do professor para Educação Infantil estão propondo e como os docentes estão fazendo o uso desses materiais?

O interesse em pesquisar acerca da problemática citada no parágrafo anterior surgiu das experiências nas disciplinas de estágio curricular obrigatório do curso de Pedagogia da UFPE, onde a partir dessas experiências e do contato com diversos saberes e práticas docentes, com turmas diversas e heterogêneas, não apenas em seus sujeitos, mas também heterogênea em níveis de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), percebeu-se a necessidade de entender como os materiais didáticos e as políticas educacionais agem nesse ambiente tão plural, conhecido como sala de aula.

Além disso, a experiência como pesquisador pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), investigando sobre o livros didáticos e manuais do professor, fortificou e fincou raízes ainda mais profundas no interesse e na curiosidade

sobre a temática pesquisada, alimentando o desejo de saber mais e entender, com mais profundidade, sobre a relação professor(a) e Livro Didático (LD) da Educação Infantil (EI), uma relação que é histórica e dotada de especificidades.

Diante desse universo de mudanças no cenário educacional, com políticas normativas e curriculares federais que foram implementadas de forma tão abrupta nos últimos quatro anos, torna-se indispensável entender como essas normas federais influenciam nas salas de aula e na atuação docente na Educação Infantil, através dos livros didáticos e manuais do professor, buscando um esclarecimento acerca das orientações oferecidas aos docentes da rede pública de ensino.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BNCC e PNA: quais instruções fundamentam os manuais do professor aprovados no PNLD 2022 e chegam nas salas de aula?

Morais (2019), marca a PNA como “a face do autoritarismo e a da mercantilização”. Apontando como os retrocessos e os ataques a autonomia da agência docente foram legitimados em uma política pública educacional, que nada mais é que uma tentativa, dessa vez exitosa, do mercado em controlar a educação das camadas populares, impondo de forma autoritária suas concepções de como alfabetizar em todo território brasileiro. Não obstante, a BNCC foi implementada igualmente de forma autoritária, sem um mínimo de debate, servindo mais uma vez aos interesses dos grupos empresariais e bancários (Morais, 2019). Analisar estritamente os pressupostos que orientaram a construção da PNA e suas convergências com a BNCC é de extrema importância para o entendimento e andamento da pesquisa, como forma contextualizar quais foram as políticas educacionais vigentes no momento de elaboração e avaliação dos livros didáticos e manuais do professor.

Contudo, as semelhanças entre a BNCC e a PNA não se esgotam apenas na sua origem e em suas intencionalidades. Como vemos em (*id*, 2019, p. 67):

Como convergências podemos ver a visão reducionista de alfabetização, o ensino de compreensão de leitura e de produção de textos desidratado a nada ou quase nada, ao lado da obtusa redução do ciclo inicial de alfabetização a dois anos, sem que a BNCC assegure aos alunos da Educação Infantil o direito a um ensino que os ajude a compreender a escrita alfabética, a desenvolver a consciência fonológica etc.

Existe uma evidente tentativa de sucateamento da educação básica, por parte dessas políticas educacionais que foram decretadas em momentos sombrios da nossa história. Entretanto, a PNA assume um caráter ainda mais opressivo, impondo o método fônico como a única forma de alfabetizar, materializando os preconceitos dos governos anteriores aos modelos construtivistas de alfabetização, letramento e de práticas significativas (*id*, 2019).

Nesse redemoinho de retrocessos que foi imposto pela PNA, fica evidente a tentativa de homogeneização das salas de aula, tentativa essa que nada mais é que uma forma de excluir os alunos e alunas, responsabilizando unicamente os estudantes, pelo seu fracasso escolar, por não conseguirem se adequar a um ambiente que está sendo moldado justamente para excluí-los. Neste sentido (*id*, 2019), revela que:

“[...]a perspectiva assumida pela PNA é muito inadequada, porque desconsidera o modo como a criança funciona, não leva em conta como suas concepções evoluem. Do ponto de vista didático, ela é desastrosa por diversos motivos. Além de praticar um ensino padronizado, que ignora o que a criança pensa e que não enfrenta a diversidade de conhecimentos dos alfabetizando que estão numa mesma sala de aula, a perspectiva da PNA não tem compromisso com a motivação e com os direitos da criança, quando se trata de ter prazer brincando com palavras ou de cedo se deleitar com livros e outros textos do universo infantil.”

Com isso, temos um cenário onde os professores e professoras estão sendo obrigados a seguirem normativas retrógradas, que foram implementadas sem o mínimo de debate e marca o retrocesso de décadas de pesquisa e estudos sobre alfabetização e letramento.

Nesse ínterim, os livros e manuais do professor não ficaram livres desse retrocesso, uma vez que historicamente os materiais didáticos sempre sofreram influências dos decretos, leis, políticas públicas educacionais e medidas governamentais (Albuquerque; Ferreira, 2019). Contudo, as autoras também pontuam que foi só após a implementação do PNLD que aconteceram mudanças expressivas em relação à construção dos livros didáticos, colocando-os, inicialmente, sob a responsabilidade da verba federal e de distribuição gratuita. Em 1996, os LD'S começaram a passar por processos avaliativos em relação a sua qualidade (os livros não podiam conter erros conceituais e nem perpetuar preconceitos, divulgar religiões e posicionamentos políticos). A partir de 1999, um terceiro critério foi adicionado: o de natureza metodológica, ou seja, as obras deveriam propiciar situações de ensino e aprendizagem adequados, coerentes e que envolvessem o desenvolvimento e o emprego de diferentes procedimentos cognitivos (Batista; Rojo; Zúñiga, 2005 *apud* Albuquerque; Ferreira, 2019).

Ainda nesse contexto de influências que atingem os livros didáticos e manuais do professor. No estudo de Soares (2001), foram analisadas as concepções do professor enquanto leitor em dois livros/manuais didáticos de Português amplamente adotados em diferentes períodos escolares. O primeiro é a Antologia Nacional, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, predominante nas escolas do final do século XIX até os anos 30 do século XX, com uso menos frequente nas décadas subsequentes. O segundo é o livro Estudo dirigido de Português, de Reinaldo Mathias Ferreira, que obteve considerável sucesso nos anos 1970. Na primeira obra revelou uma transformação nas concepções do professor como leitor e formador de leitores ao longo dessas duas obras. No caso da Antologia Nacional, o professor era concebido como um "bom leitor e conhecedor de língua e literatura", capaz de autonomamente definir metodologias de trabalho com textos em sala de aula (Soares, 2001, p. 73). Por outro lado, o Estudo dirigido de Português refletiu uma mudança significativa, retratando um professor para quem o livro didático deveria fornecer não apenas os textos, mas também orientação metodológica para leitura e interpretação, atividades didáticas a serem

realizadas e até mesmo respostas às questões de compreensão e interpretação dos textos. Nessa concepção, o professor é caracterizado como alguém "reconhecido como sem formação e sem tempo suficiente para a preparação de suas aulas" (Soares, 2001, p. 73).

Ainda no contexto de transformações dos livros didáticos e manuais do professor, as produções acadêmicas também marcam presença nesse campo de disputa. A *psicogênese da língua escrita* (Ferreiro, Teberosky, 1984), na época, se tornou um eixo estruturante e avaliativo do PNLD 2004 (Brasil, 2003).

Nesse contexto de influências e disputas, entender como esses manuais chegam aos docentes e como eles são utilizados nas salas de aula, quais espaços ocupam nos planejamentos, qual é a recepção da turma e do próprio professor a esse material, se torna-se indispensável, afinal temos uma diversidade enorme de professoras e professores alfabetizadores em nosso país.

2.2 Alfabetização na Educação Infantil e o uso do livro didático de alfabetização nessa etapa da educação básica

A união entre brincadeira, cuidado e desenvolvimento integral das crianças, são o cerne do trabalho na EI. Contudo, isso não exclui a possibilidade de dar início ao processo de alfabetização nessa etapa da educação, muito pelo contrário, deveria ser encorajada, entretanto, o que temos visto no dia -a -dia nas turmas da EI, quando se fala em alfabetizar, são atividades mecânicas e ausentes exauridas de sentido, com excesso de repetições, cópia e cobrir pontilhados,

ou seja, atividades que, com toda certeza, afastam as crianças da escrita e, por vezes, até da escola, pois mostram-se totalmente desprovidas de sentido e enfadonhas (aliás, para pessoas pequenas e grandes de todas as idades), já que não oferecem conexão alguma com os modos de escrever que usamos para atender nossas necessidades de comunicação e de expressão” (Brandão et al, 2020, p.15).

Quando essas experiências de alfabetização são impostas, através dos *métodos sintéticos*, (Braslavsky, 1988), como no caso do método fônico, adotado e imposto como oficial e “cientificamente comprovado” comprovado pela PNA e, que toma como princípio ensinar a partir de unidades sonoras de cada letra, em um processo unicamente de decodificação, repetição e memorização,, se torna-se mais um problema a ser enfrentado na Educação Infantil. , De acordo com Braslavsky (1988), pois, o método fônico apresenta algumas limitações, por utilizar uma unidade sonora tão pequena e que, ela não possui sentido, na nossa língua, onde a menor unidade com sentido é a palavra, logo, existe a dificuldade em pronunciar consoantes de forma isolada, como também, e dificuldade de estabelecer a relação entre a letra escrita com a letra falada (id, 1988).

Contrapondo o que a PNA propõe, Soares (2009 *apud* Moraes, Silva; 2023) defendia a ideia de que a alfabetização e o letramento deveriam ser incorporados como componentes essenciais no contexto da Educação Infantil, contanto que sejam contextualizadas ao ambiente de EI:

Falam muito que, ao trabalhar essas coisas na Educação Infantil, se esquece de que é uma etapa em que as crianças devem brincar, jogar etc. Eu não diria isso. Pensam que, se você trabalha com letramento e alfabetização, está tirando o tempo da brincadeira. Mas essas atividades são lúdicas! devem ser lúdicas! Os exemplos que dei anteriormente, como a ida à biblioteca, a leitura de livros, a leitura de histórias, as atividades com os sons das palavras... a criança adora tudo isso, é um brinquedo para ela, isso é lúdico. (SOARES, 2011, s.p. *apud* MORAIS, SILVA; 2023, p.3).

Entretanto, esses documentos oficiais que regem o ensino da língua que orientaram os LDs da EI se colocam como oposição a esse pensamento, como se o processo de alfabetização fosse feito única e exclusivamente de forma engessada, repetitiva e sem espaço para ludicidade e para experiências que envolvam o letramento ao nível das crianças. Sabemos que as crianças manifestam naturalmente curiosidade em relação à escrita e à leitura, sendo crucial que essa inclinação seja nutrida por meio de atividades que as envolvam ativamente no processo de aprendizagem. É fundamental proporcionar experiências que as familiarizem com as práticas sociais de leitura e escrita, através da leitura de textos e livros literários, contações de histórias, construção coletiva da rotina, brincando de faz de conta e entre outras possibilidades.

Com a recente introdução do livro didático na Educação Infantil, questionamos se existe a possibilidade de um material didático que foi fundamentado por pressupostos tão retrógrados, dar conta de uma educação significativa, sobretudo respeitando os preceitos da EI?

De antemão, aqui estão alguns critérios do PNLD 2022 para a escolha do livro didático para a Educação Infantil:

5.2.3.1. Para consciência fonológica e fonêmica, cartões de imagens cujos nomes rimem ou aliterem entre si; cartões de imagens cujos nomes comecem com o mesmo som (fonema); materiais para avaliação formativa de desempenho em tarefas de contagem de palavras em frases, sílabas em palavras, identificação de rimas, aliterações e fonema inicial, bem como a relação entre sons (fonemas) e letras;

5.2.3.2. Para conhecimento alfabético, cartões ou cartazes com as letras do alfabeto, acompanhados de imagens representativas de cada letra e som trabalhado;

5.2.3.3. Para desenvolvimento de vocabulário, cartões de imagens para ordenação por categorias semânticas (animais, profissões, locais, pessoas) ou gramaticais (nomes, ações, qualidades);

5.2.3.4. Para compreensão oral de textos, cartões de imagens cujos nomes sejam de baixa complexidade e pequenas histórias e questões para aferir a capacidade de compreensão auditiva das crianças;

5.2.3.5. Para produção de escrita emergente, fichas para desenho, escrita do próprio nome, prática de traçados e demais exercícios de escrita emergente (Brasil, 2020, p. 42 *apud* Carbonieri *et al.* 2022, p.4).

Analisando rapidamente os critérios elencados acima, é perceptível como a noção de alfabetização sofreu de um enorme e violento processo de reducionismo. Atividades de cobrir pontilhados, conhecer letras por cartilhas de forma isolada, o método fônico impregnado no íntimo de cada uma desses critérios que foram utilizados na aprovação dos livros e manuais do professor, nenhuma menção às brincadeiras, ou às formas lúdicas de se ensinar brincando, característica primordial da Educação Infantil, defendida, inclusive, na própria BNCC. Um retrocesso, que além de tudo, é também contraditório.

Carbonieri (2022), em seu estudo que analisou os livros da coleção Porta Aberta, reafirma um posicionamento de que:

“A Coleção Porta Aberta” estruturam-se com base em tarefas que vislumbram a aquisição pragmática da linguagem escrita por meio de uma organização didática que prioriza o ensino de letras e números de forma descontextualizada e descolada da realidade concreta das crianças, como proposições externas a serem cumpridas para atender aquilo que pede o material - ou a professora” (Carbonieri *et al* 2022, p.8).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que assumiu, assumindo a PNA e a BNCC, inclusive em um movimento um tanto quanto contraditório, coloca em evidência um método de alfabetização que há muito já não era tão mais utilizado nas escolas, inclusive com estudantes que demonstram as limitações desse método. Além disso, *id* (2022, p.14) observou que:

“o modo de proposição das tarefas vincula-se mais ao desenvolvimento motor por meio de ações de repetição, pontilhados e representações gráficas desprovidas de sentido humanizador. Ao cercear as condições para o desenvolvimento psíquico da criança pré-escolar, as premissas para a apropriação da escrita se tornam escassas, em especial no que se relaciona à criação de motivos para a escrita por meio da compreensão de sua função social e também ao desenvolvimento da capacidade de representação simbólica por meio do desenho e da brincadeira de papéis sociais. Carbonieri (2022, p.14).”

Acreditando na importância de investigar a apresentação atual dos manuais e seu impacto na formação de professores, esta pesquisa tem como objetivo analisar as orientações contidas no manual do professor do livro didáticos de alfabetização Porta

Aberta do PNLD 2022. com o foco será nas relações entre essas orientações e a prática docente, na Educação Infantil, com ênfase na alfabetização.

3. METODOLOGIA

A Pesquisa possui um caráter qualitativo. Para a obtenção dos dados será utilizado como procedimento metodológico a análise documental do: *Manual do Professor Porta Aberta Volume 2 – Educação Infantil e Pré-escola 1*, autora: Isabella Pessôa de Melo Carpaneda, editora: FDT, São Paulo, 2020. A escolha do manual para análise foi baseada na preferência da rede de Recife por essa coleção.

Serão definidas categorias utilizadas para analisar as orientações para os professores contidas no Manual do Professor do livro Porta Aberta. Para tal, dois requisitos serão utilizados para elaborar as categorias: as categorias que já estão postas e descritas nos Manuais e categorias que foram criadas durante as reuniões de pesquisa. Essas categorias construídas, envolverão os seguintes aspectos:

- Orientações diretivas: Verificar a linguagem utilizada nas atividades e orientações do manual, quanto a utilização de verbos no imperativo e se apresenta, ou não, ao professor possibilidades de modificação nas atividades.
- Orientações não diretivas: Destinada as orientações com caráter mais sugestivo e com possibilidade de atuação do professor na atividade.
- Solicitação da participação familiar: Se e como a família está sendo chamada a participar do processo de alfabetização dos estudantes, uma vez que a PNA traz o conceito de *literacia familiar* em seus pressupostos;
- Não valorização da heterogeneidade: Com o intuito de verificar o posicionamento do manual referente aos diferentes níveis de saberes entre os estudantes, se as orientações comportam essa questão, sugerindo modificações, ou adaptações, para que uma mesma atividade seja utilizada por todos de forma significativa, garantido que avancem em suas *hipóteses de escrita* (Ferreiro; Teberosky, 1984).

Vale salientar que a criação das novas categorias foram induzidas pela leitura e análise criteriosa do objeto da pesquisa frente aos referenciais teóricos utilizados, visando uma resposta que corresponda aos objetivos da pesquisa. Uma vez identificadas as categorias, elas devem ser categorizadas e verificadas quanto à frequência nas orientações e atividades dos Manuais do Professor para responder os objetivos específicos da pesquisa.

Também já foi realizada uma entrevista semiestruturada, com duas professoras do Grupo 5 da Educação Infantil que utilizam o livro didático Porta Aberta, que, ambas atuam em na mesma escola situada no bairro de Campo Grande.

A professora “A”, possui 10 anos de experiência, contudo, é seu primeiro ano na Educação Infantil, formada em Pedagogia, com especialização em neuropsicopedagogia e está no processo de defesa da tese do Mestrado. A professora “B”, não quis revelar detalhes sobre sua formação, mas declarou que já atua como professora na rede há muitos anos, também não especificou a quantidade.

A entrevista foi gravada, com a permissão de ambas as professoras, para garantir um aproveitamento maior e uma análise com mais cautela, discutimos os dados da entrevistas à luz da literatura que fundamentou a pesquisa. A análise dos dados, tanto das categorias do livro, quanto da entrevista, seguiram os critérios da *análise de conteúdos* (Bardin, 1977), utilizando processos de inferência e interpretação.

4. ANÁLISE

4.1 Os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o manual do professor

O Manual do professor do livro didático Porta Aberta volume 2 (Carpaneda, 2020) está em total consonância, quanto aos pré-requisitos estabelecidos pelo PNLD para a estrutura dos Manuais do professor : apresentando os pressupostos teórico-metodológicos nas páginas iniciais do Manual, descrito no livro como *Parte Introdutória*, o manual também conta com orientações para todas as atividades do livro do estudante, além de possuir um planejamento para a utilização do livro durante o ano letivo.

Dessa forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA) tornaram-se o ponto central da coleção. No capítulo de Parte Introdutória, destinado à apresentação dos pressupostos teórico-metodológicos, esses documentos são empregados como fundamentação para a abordagem da coleção em relação aos diversos aspectos da língua escrita, da oralidade, e da escuta e leitura de textos literários. Além disso, essa seção introdutória desempenha um papel formativo para o docente, orientando-o a seguir as diretrizes curriculares nacionais. Ambas as medidas governamentais são constantemente referenciadas, e seus pressupostos são apresentados e explicados de maneira contínua.

No que diz respeito ao processo de aquisição do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), a coleção, ancorada nas sólidas bases da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), concebe a alfabetização como um processo de decodificação, repetição, memorização e carecendo de sentido. O ensino da língua escrita proposto pelo Manual Porta Aberta Volume 2, as atividades revelam uma ideia de textos cartilhados, divididos por letras, indo de A à Z, com atividades de seguir o pontilhado, divisão silábica ritmada feita por palmas e outras atividades onde a letra em questão seja o destaque. Os métodos sintéticos de alfabetização, tem como características as atividades repetitivas, divididas em unidades menores, progredindo para unidades maiores, focadas em memorização e sem contexto, atividades em que a escrita só serve para que a atividade seja concluída, tais métodos, como dito anteriormente nesse texto, são oficializados pela PNA e, por consequência, não ficaram de fora nas atividades do LD. A oficialização desses métodos de alfabetização, ganhando ainda mais força na EI, através da PNA e do Livro Didático, corrobora com Brandão (2020), quando a autora fala que a baixa produção científica sobre a alfabetização na Educação Infantil, abre espaço para que atividades enfadonhas, exauridas de sentido, sem participação e construção efetiva das crianças, ganhem espaço e se firmam ainda mais na EI.

Adicionalmente, o livro está alinhado com a proposta de redução do ciclo de alfabetização para apenas dois anos, conforme estabelecido em ambos os referidos documentos.

No que se refere especificamente à alfabetização, ambos os documentos entendem que é possível que esta seja feita em dois anos e que os alunos devam ser preparados para esse processo desde a Educação Infantil. Além disso, os seis componentes essenciais para a alfabetização listados pela PNA – consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e

produção de escrita – dialogam com habilidades da BNCC como, por exemplo: dominar as relações entre grafemas e fonemas e decodificar palavras e textos escritos (CARPANEDA, 2020)

Contudo, conceitos conhecidos e bastante pesquisados sobre o processo de aquisição do sistema de escrita alfabética, por exemplo *letramento* (SOARES) e as *hipóteses da escrita* (FERREIRO, TEBEROSKY), não compõem os pressupostos teóricos da coleção.

Entretanto, os conceitos de literacia e literacia familiar presentes na PNA, marcam forte presença na coleção. Na literacia, o manual salienta a importância de trabalhar com as crianças em situações que elas sejam tanto escritoras, como leitoras, trabalhando com diversos gêneros textuais, escrevendo para diferentes destinatários e com objetivos definidos, sem deixar de lado o desenvolvimento da consciência fonológica.

Já na literacia familiar, destaca a importância da família no processo de alfabetização das crianças e elenca alguns pontos necessário para que essa participação da família seja efetiva, por exemplo: “*a introdução de novas palavras nos diálogos do dia-a-dia, leituras, narração de história, contato com a escrita, atividades diversas para o desenvolvimento da linguagem e motivação*” (CARPANEDA, 2020).

No que diz respeito aos princípios que norteiam a obra, é possível identificar, ainda que de maneira discreta, a influência dos renomados teóricos construtivistas, como Piaget, Vygotsky e Wallon, destacando a relevância de suas contribuições no âmbito do desenvolvimento e da aprendizagem. Contudo, existe uma contradição, ao trazer autores construtivistas e não abordar a *psicogênese da língua* (Ferreiro, Teberosky, 1979) que apresenta uma abordagem construtivista Piagetina, segundo Brandão (2020), reforça uma ideia de que não existe um compromisso em orientar os professores e professoras a trabalhar com uma abordagem que leva em consideração a heterogeneidade da sala, propondo atividades que sejam significativas e com possibilidade de adaptações, mediante a necessidade de cada estudante.

Evidencia-se, portanto, que a incorporação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) no Manual do Professor do "Porta Aberta" Volume 2 não foi meramente simbólica; ao contrário, trata-se de diretrizes que permearam integralmente a construção desse manual. Este, por sua vez, valida e fundamenta os pressupostos, conceitos e a visão de mundo

propostos pela PNA. Não surpreendentemente, tal alinhamento com a PNA não é mera coincidência, uma vez que a conformidade com essas diretrizes foi um requisito indispensável para a aprovação do livro no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2022.

4.2 O que as categorias dizem e o que fazem as professoras?

Quadro 1 (Categorias específicas do Manual Porta Aberta Volume 2)

QUADRO DAS CATEGORIAS	
TABELA DE CATEGORIAS DO LIVRO	
CATEGORIAS	QUANTIDADE
Percurso	Todas as atividades
Ponto de Partida	4
Conte para a família	10
O que e como avaliar	16
Ampliação da atividade	15
Roda de leitura	4

Variações/adaptações	8
Avaliação Formativa	4
Projeto	17
Conhecer e explorar	7
Objetivos destacados	14

Quadro 2 – Categorias elaboradas para a análise do manual Porta Aberta Volume 2

QUADRO DAS CATEGORIAS	
TABELA DE CATEGORIAS ESPECIFICAS	
CATEGORIAS	QUANTIDADE
Não valorização da heterogeneidade	Todas as atividades
Orientações diretivas	117
Orientações não diretivas	7

Solicitação/orientação da participação da família	13
Orientações explicativas	68

Visando atingir os objetivos da pesquisa, foram criadas cinco categorias para analisar as atividades propostas. A primeira e a segunda, denominadas de **diretivas** e **não-diretivas (quadro 21)**, discorrem sobre o papel do professor na aplicação e participação das atividades, onde as

instruções diretivas marcam uma perda da autonomia do professor na aplicação e/ou no planejamento da atividade, sendo obrigado a seguir rigorosamente o que está posto no livro didático. Por outro lado, as instruções não-diretivas oferecem sugestões para a prática docente, apresentando diversas abordagens para a execução de uma determinada atividade, assim como maneiras de adapta-las r a atividade de acordo com a realidade específica da turma. Essas instruções fornecem subsídios para ampliar a prática do professor, em vez de restringi-la, possibilitando uma maior flexibilidade e autonomia no processo de ensino.

O Quadro 2 evidencia a discrepância entre as orientações diretivas e as não-diretivas, indicando um estreitamento da função docente que relega o professor a um papel de mero executor. Nessa perspectiva, sugere-se que basta ao professor seguir estritamente o que está delineado no livro didático, pressupondo que todos os alunos aprenderão sem enfrentar desafios ou necessidade de adaptações. Corroborando com esse posicionamento, algumas categorias próprias do livro didático deixam evidente esse ataque a prática docente, o tópico *Percurso*, por exemplo, é um passa-a-passo descritivo de tudo o que professor deve fazer na atividade, como deve conduzi-la, o que deve ser dito durante a execução da atividade e etc. Ademais, outras categorias próprias do livro, também trazem esse caráter autoritário nas orientações, dentre os quais: *O que e como avaliar* (Carpaneda, 2020), apresentado no **Quadro 1**, direcionando o olhar do professor para o que deve ser avaliado, sem qualquer intencionalidade em verificar as possíveis outras aprendizagens que podem ser observadas, no contexto da atividade.

Entretanto, a professora A, que utiliza o livro todos os dias, conforme seu planejamento prévio, quando questionada se ela segue tudo o que livro propõe sem fazer adaptações, ela relata:

Eu faço adaptação, e eu sigo mais... por que eu também trabalho com os cadernos, utilizando para eles saberem escrever o nome, as letras, números. Tanto caderno de desenho, quanto de classe.

Quando questionada se o livro é suficiente para atingir os objetivos que traçados para a turma, a professora A revela:

Sim, ele ajuda, mas é como eu falei anteriormente, ele deveria ter mais atividades. A quantidade de atividades eu acho pequena, porque o que acontece, os meninos, por mais que sejam meninos de alfabetização, eles tem uma rotina que conseguem desenvolver, voce consegue ver, hoje eu fiz caderno, fiz livro, eles tem a necessidade de escrever mais. Se o livro tivesse um outro livro extra com mais atividades, seria melhor, eles (estudantes) pedem.

Corroborando com a professora A, a professora B revela:

São vários suportes, não só o livro, as fichas, as gravuras [...] foram outros suportes que trabalhei.

Podemos observar, a partir das falas das professoras que mesmo o livro didático, se propondo a ser o material único e estruturante das aulas, ele não dá conta das inúmeras realidades, das inúmeras salas de aula do país, a ação docente é necessária e insubstituível. Ferreira e Viégas (2021) declaram que fazer adaptações nas atividades propostas, ou impostas, pelo livro didático, torna o aprendizado mais produtivo, contanto que as orientações não sejam totalmente desprezadas, sobre o risco de não atingir as possibilidades e objetivos da atividade.

Dando continuidade, a categoria referente à **solicitação da participação familiar**, conforme destacado no Quadro 1, revela uma discrepância entre os pressupostos teórico-metodológicos da coleção, que inclui o conceito de literacia familiar, e sua representação ao longo do livro. Embora a coleção aborda a literacia familiar em seus fundamentos, essa temática não é proeminente nas solicitações de participação da família apresentadas no livro. Notavelmente, apenas uma dessas solicitações menciona especificamente a leitura no ambiente familiar, enquanto as demais estão relacionadas à requisição de materiais para as aulas. Resumindo, a solicitação da participação familiar, além de ter um baixo grau de ocorrência, não condiz com o proposto pela literacia familiar, apontando uma possível contradição.

Ao analisar a categoria relacionada à **não valorização da heterogeneidade** (Quadro 1), pode-se inferir que essa abordagem é praticamente inexistente. Ao longo de todo o Manual, a turma é tratada como se todos os alunos partissem do mesmo ponto de conhecimento, presumindo-se que possuam um grau uniforme de entendimento em relação a todas as atividades. Além disso, a perspectiva presente no Manual sugere que, no final, todos os estudantes, sem exceção, serão capazes de alcançar os objetivos da mesma forma prevista, desconsiderando possíveis diferenças individuais e necessidades específicas.

As professoras entrevistadas relataram sobre a ausência da valorização da heterogeneidade do livro, como evidenciado na declaração da professora B:

“A gente se divide, faz outras coisas [...] olha aqui a fichinha e teve uns que já dizia: tia a primeira letra que escreve jacaré é J, ai o mais sabido já dizia, são vários níveis. A gente vai criando, pode ter uma ideia assim na hora.”

A professora A também enfatiza a diversidade de níveis de aprendizagem na sala:

“Porque a gente tem vários níveis, né. A gente vai alinhando.”

Com essas declarações, alcançamos um ponto crítico em nossa análise, destacando a crítica central em relação à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como elementos primordiais para a elaboração dos livros didáticos. Com base nos relatos das professoras, inferimos que o livro didático não demonstra a intenção de considerar a heterogeneidade presente nas salas de aula. Isso se reflete na ausência de sugestões ou adaptações para os professores lidarem com as atividades propostas, uma vez que o material é composto predominantemente por orientações diretivas, oferecendo pouca flexibilidade para abordagens diferenciadas em contextos diversificados.

Por fim, a categoria referente às orientações **explicativas (quadro 1)**, versa sobre as orientações teórico-metodológicas que são ofertadas aos professores pelo Manual. Isso sugere uma carência de empenho em esclarecer aos professores os fundamentos e propósitos subjacentes às atividades propostas. Essa falta de contextualização reitera a representação do professor em uma posição subalterna, pois não é proporcionada uma compreensão aprofundada dos motivos que embasam as práticas sugeridas no material.

As professoras entrevistadas não tiveram acesso ao manual do professor e expressaram insatisfação com essa situação, pois consideram como um complemento para a utilização efetiva do livro. Elas destacaram que, em várias ocasiões, sentiram falta do manual, pois não dispunham das orientações necessárias sobre como conduzir determinadas atividades. A professora A, relata uma situação em que a ausência do manual prejudicou o andamento de uma atividade:

A gente tava trabalhando essa questão do “Q”, que era quero-quero, a palavra, a gente ficou em dúvida se era o nome “quero”, que você bate palma duas vezes, ou o contexto todo [...] A gente ficou em dúvida e como a gente não tinha o livro do professor, aí a gente respondeu...

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propõe discorrer sobre o impacto do PNA nas construções do Manual do Professor aprovado pelo PNLD 2022 e como isso se reflete no docente, qual a definição de sujeito docente traz esses Manuais?

As fabricações e os saberes que diferentes professoras alfabetizadoras desenvolvem, no cotidiano de suas salas de aula reais e não exatamente ideais, são e estão sendo construídas e (re)inventadas a cada dia para dar conta de ensinar aos seus estudantes também reais, a leitura e a escrita. E esse movimento realizado pelas docentes vai além de seguir um manual ou uma orientação específica, elaborada para ser colocada em prática na escola. (Albuquerque; Ferreira, 2021, p.13)

A autonomia do professor em sala, em como ele transforma suas práticas, adaptando os materiais que possui e produzindo situações para estudantes reais, ou seja, estudantes que possuem especificidades, níveis de apropriação do sistema de escrita diferentes, estudantes heterogêneos.

No entanto, o Manual examinado na pesquisa, devido à influência da Política Nacional de Alfabetização (PNA), negligencia esses aspectos da prática docente e da realidade das salas de aula. Ele impõe um material no qual o professor tem espaço apenas para reproduzi-lo, idealizando um cenário utópico em que todos os alunos na mesma sala apresentarão os mesmos conhecimentos, no mesmo nível, e aprenderão sem questionamentos, dificuldades ou quaisquer outras interferências. Nos relatos das professoras fica evidente a necessidade do papel do professor em mediar o processo de ensino-aprendizagem, além de deixar claro que o livro didático é apenas mais um recurso para ser utilizado pelo docente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; FERREIRA, Andrea Tereza Brito. Programa nacional de livro didático (PNLD):: mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s. l.], 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701617>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/SdxBGsvHHtjMzJJ3cHHcY9c/#>. Acesso em: 11 dez.

2023.

BATISTA, A. G., ROJO, R., ZÚÑIGA, N. C. Produzindo livros didáticos em tempos de mudança (1999-2002). In VAL, M. G. C., MARCUSCHI, B. (orgs) **Livros didáticos de Língua Portuguesa: Letramento e Cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático — Edital PNLD 2022 — Educação Infantil. Brasília, MEC, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Guia de livros didáticos 1a a 4a séries - Volume 1 - PNLD 2004. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA. Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. Brasília, MEC, SEALF, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2017.

CARBONIERI, Juliana; MAGALHÃES, Cassiana; PASQUALINI, Juliana Campregher. **A ESCRITA NO LIVRO DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL:: REMINISCÊNCIAS**

DE UM PASSADO NÃO TÃO DISTANTE. **Revista Brasileira de Alfabetização** , [s. l.], n. 18, p. 1-16, 2023.

CARPANEDA, Isabella Pessôa de Melo. **Porta aberta**: Educação infantil e Pré-escola I. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020. 224 p. v. 2. ISBN 978-65-5742-058-4.

FERREIRA, Andrea Tereza Brito; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Práticas docentes "exitosas" na alfabetização: fabricações, saberes, esquemas e/ou prescrições? **Práticas de Alfabetização**: fabricações, saberes, esquemas e/ou prescrições? Curitiba: CRV, 2021. Capítulo 1 p. 13-31, 2021. ISBN 978-65-251-0917-6.

FERREIRA, Andrea Tereza Brito; VIÉGAS, Maria Ramos. O manual de professor dos livros didáticos de alfabetização: uma relação com a formação docente. *In*: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; FERREIRA, Andrea Tereza Brito. **Práticas de Alfabetização**: o lugar dos livros didáticos na organização do trabalho docente. Curitiba: CRV, 2021. cap. Capítulo 3, p. 59-78. ISBN 978-65-251-1092-9.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

MORAIS, Artur Gomes de. ANÁLISE CRÍTICA DA PNA (POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO) IMPOSTA PELO MEC ATRAVÉS DE DECRETO EM 2019. **Revista**

Brasileira de Alfabetização : ABAIf, Belo Horizonte, MG, v. 1, ed. 10, p. 66-75, 2019.

MORAIS, Artur Gomes de; SILVA, Alexsandro da. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:: O LEGADO DE MAGDA SOARES. **Revista Brasileira de**

Alfabetização, [s. l.], ed. 20 (edição especial), p. 1-16, 2023.